

NORMATIZAÇÃO SEXUAL NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT: A INSTITUIÇÃO ESCOLAR ENQUANTO *LOCUS* DE DISCIPLINAÇÃO DOS CORPOS

Sandy Aparecida Barbosa Magalhães¹
Rafael Baioni do Nascimento²

RESUMO

A escola enquanto instância social, ganha destaque na produção das identidades, pois, além de transmitir e produzir conhecimento, ela participa ativamente na formação dos sujeitos. Porém, o que se percebe no âmbito educacional é a produção de identidades segundo uma lógica estritamente binária e heteronormativa. A escola opera na construção de gênero buscando disciplinar os corpos dos educandos, com intuito de torná-los cada vez mais dóceis e úteis, definindo maneiras de definir e viver a feminilidade e masculinidade. Deste modo, buscamos neste ensaio, refletir sobre as práticas disciplinares e regulatórias que estão implicadas na produção normativa dos corpos no ambiente escolar, fundamentados nas produções do filósofo pós-estruturalista Michel Foucault. Após análise, podemos constatar ao observar o ambiente escolar que, constantemente, de forma intencional ou não, as escolas buscam adequar os alunos em normas heteronormativas, exercendo o controle e o disciplinamento dos corpos.

Palavras-chave: Normatização, Sexualidade, Corpo, Escola.

INTRODUÇÃO

Partindo da concepção de que a escola enquanto instância social, ganha destaque na produção das identidades, uma vez que, além de transmitir e produzir conhecimento ela participa ativamente na formação dos sujeitos, buscamos refletir sobre as práticas disciplinares e regulatórias que estão implicadas na produção normativa dos corpos no ambiente escolar. Temos por sustentação deste ensaio as análises históricas de Michel Foucault sobre a normatização e a sexualidade.

Na teoria Foucaultiana, o significado de norma vincula-se ao de disciplina, uma vez que essa é entendida como uma regra natural contrária às normalidades jurídicas. Assim, Foucault estende-se nesse conceito ao indagar a disciplina como estratégia política, sendo a norma um elemento essencial entre as táticas do poder. Ainda, segundo ele, os corpos são ininterruptamente acometidos por essas relações de poder. Desde os mais corriqueiros gestos, os corpos são refinados para serem percebidos como “normais”, tornando os seus atos práticas

¹ Mestrando do Curso de Educação da Unimontes, sandy.magalhaes91@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Unimontes, baionirafael@gmail.com.

“naturais”. Em sua obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, Foucault debruça-se sobre o conceito de sexualidade, atestando que esta não é natural e inerente aos corpos, mas, sim, produzida, pois, o poder disciplinar regula e normaliza tudo que concerne ao corpo.

Dentro desse cenário, este estudo está dividido em três partes, sendo a primeira uma abordagem do conceito de normatização que Foucault explora na sua obra *Vigiar e Punir*, a segunda parte é destinada à percepção do autor a respeito das sexualidades “desviantes” posta no livro *História da Sexualidade I: A vontade de saber* e, a terceira, atribui-se ao diálogo entre os dispositivos disciplinares e da sexualidade e suas atuações no espaço escolar por meio de entrevista realizada com professoras da Educação Básica. Desse modo, podemos constatar ao observar o ambiente escolar que, constantemente, de forma intencional ou não, as escolas buscam adequar os alunos em normas heteronormativas, exercendo o controle e o disciplinamento dos corpos.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo. O processo investigativo teve como referencial teórico-metodológico os princípios da pesquisa qualitativa onde utilizamos por referencial teórico os estudos de Michel Foucault relacionados a normatização e a sexualidade dos corpos. No processo investigativo foi feita a coleta de dados por meio de entrevista semiestruturadas, tendo por participantes, cinco professores/as que atuam na Educação Básica. O roteiro da entrevista foi estruturado em três perguntas abertas. As questões foram realizadas com o intuito de investigar as concepções, crenças e situações vividas pelos/as professores/as em relação à temática discutida na pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos/as professores/as, e realizada no próprio espaço escolar, onde os/as mesmos/as lecionam. Para a exposição dos dados, identificados os respondentes de P1 a P5, respectivamente.

DESENVOLVIMENTO

Na teoria Foucaultiana a norma está submetida ao poder disciplinar, que tem por objetivo a domesticação e submissão dos corpos, implicando-os em sujeitos dóceis e governáveis. Nessa acepção, a norma alude ao assentamento de parâmetros de ações que irão nortear a apuração dos que se enquadram ou não à suas atribuições, ou seja, os “normais” e os “anormais”. Desse modo, o poder disciplinar tem por fundamental atributo a normatização social.

É sabido que essa determinação de modos, postos como normais, não é produção própria da modernidade. Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) profere que desde o período medieval os dispositivos disciplinares já predominavam em conventos, exércitos e oficinas. Contudo, durante o perpassar dos séculos XVII e XVIII, as disciplinas se convertem em “fórmulas gerais de dominação”.

Todavia, essa “nova” concepção de disciplina segundo Foucault, não surgiu repentinamente, mas, sim, por meio dos vários processos distintos que sucessivamente se maturam em consonância e, aos poucos, dissimulam um “método geral”. Para o autor, é possível percebê-los no transcorrer dos tempos, nos *colégios*, *escolas primárias*, *espaço hospitalar* e na *organização militar*.

A disciplina configura-se, então, em um composto de dispositivos que tem por finalidade moldar os sujeitos em sua singularidade. “A disciplina “fabrica” indivíduos. Ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p.195). Assim, uma das aplicabilidades dos dispositivos disciplinares relaciona-se à concepção da *vigilância hierárquica*, da *sanção normalizadora* e do *exame*.

De maneira oposta ao poderio soberano, onde, a exteriorização do poder consistia na punição dos corpos supliciados em praça pública, a *vigilância hierárquica*³ respalda-se na correção dos corpos e na moralização da alma. Apresenta-se, portanto, como um saber racional e normativo que regula – mais efetivamente – os indivíduos, tornando-os dóceis, sujeitados ao poder. O poder disciplinar opera por meio da *sanção*⁴ *normalizadora* atestando as rotulações e a demarcação de desvios, aproxima sua relação com a norma ao provocar e tratar o que a ela se distancia ou se diferencia. As punições associadas operam num sentido corretivo de modo a regular os sujeitos a níveis mais próximos da norma, intentando, assim, concebe-los como normais. A sanção normalizadora fixa regras a todos os que dela se desviam, ela estabelece “toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência)” (FOUCAULT, 1987, p. 203). Desse modo, junta-se a esses dois grupos de técnicas um terceiro grupo, as técnicas de exame, que segundo Foucault

³ Na teoria Foucaultiana a vigilância hierárquica é um contexto onde os comportamentos dos indivíduos são constantemente vigiados por outros indivíduos hierarquicamente superiores, como o professor vigia o aluno, o carcereiro vigia o prisioneiro etc.

⁴ Sendo esta entendida tanto por prêmio como por punição.

É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (FOUCAULT, 1987, p. 209).

Fundamentado nessas técnicas do dispositivo disciplinar, Foucault (1987, p.216) afirma que “o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber.” Logo, a sua articulação com a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, atuam efetivamente no processo de objetivação e de sujeição dos corpos, na “fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória”, na qual a diferença individual é conveniente para a sua funcionalidade.

Sexualidade em Michel Foucault: da hipótese repressiva às sexualidades desviantes

Em sua obra *História da Sexualidade: a vontade de saber*, Foucault discorre sobre fases historicamente significativas referentes à sexualidade. Dentre esses momentos, ele tece acusações à hipocrisia ocidental pós século XVII, ao proferir que os discursos sobre a repressão sexual na verdade se constituem no funcionamento impositivo da cultura em ampliar esses discursos para, assim, dominá-los. Desse modo, Foucault denominou de “*hipótese repressiva*” as condutas admitidas nas sociedades modernas sistematizadas ao discurso sexual repressivo. Ele evidencia não pretende negar a hipótese repressiva e suas implicações, mas, “determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder—saber—prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 1988, p. 15). Para ele, a repressão e interdição do sexo não é uma ilusão, visto que, “a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna” (FOUCAULT, 1988, p. 16), pois, na teoria assumida pelo autor, desde o século XVI a sociedade, aplica, progressivamente, o sexo em discurso.

Desse modo, esse aparato de técnicas de controle, deu-se em uma tríade de códigos que até o desfecho do século XVIII gerenciavam nitidamente as práticas sexuais, Foucault (1988) as denominou de: “*o direito canônico*”, “*a pastoral cristã*” e “*a lei civil*”. Orientados pela lei matrimonial, estes códigos estipulavam o lícito e o ilícito do sexo por meio de normativas moralizadoras. A sexualidade passa, então, a remeter-se à família conjugal, precisamente, ao interior do quarto do casal – heterossexual e reprodutor – burguês, legítimo,

arquétipo ideal para ditar as normas sexuais. Logo, a sociedade ocidental assenta a sexualidade em legítima – cometida dentro do matrimônio, intentando a reprodução. E ilegítima – a sexualidade que se acomete fora do casamento.

Entretanto, Foucault (1988) aponta que devido ao crescimento dos discursos pertinentes a essas práticas no decorrer dos séculos XVIII e XIX, houve mudanças consideráveis em relação à monogamia heterossexual. Esta continua sendo vigiada e subordinada à norma, porém, com maior discrição. Enquanto as atenções e investigações voltam-se às condutas que estavam à margem desse processo, ou seja, vigiam “é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas” (FOUCAULT, 1988, p. 38). Todos estes, anteriormente silenciados, necessitam, agora, assumir a palavra e confessarem, arduamente, aquilo que são. Não se eximindo das sanções, as sexualidades “periféricas” carregam no decorrer do século “o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico” (FOUCAULT, 1988, p.40)”.

Frente a isso, Foucault constata que as sexualidades periféricas não, simplesmente, surgiram. Na verdade, nunca houve uma exclusão às perversões e, sim, uma especificação – sendo este um dos mecanismos da sexualidade, descritos por Foucault – e corporificação de suas características. Por meio da medicina, que “inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais “incompletas” (FOUCAULT, 1988, p.40)”, criando espécies classificáveis e de condutas fixadas, exercendo, assim, a gestão sobre elas. Portanto, o dispositivo da sexualidade passa a movimentar-se na busca de toda multiplicidade sexual exteriorizadas nos séculos XIX e XX, pretendendo reprimir os prazeres, as motivações e, principalmente, conter as condutas desviantes que estariam, agora, à sombra dos olhares médicos. Assim, a homossexualidade, outrora concebida como delinquência ou crime, ao passar pelo discurso médico-psiquiátrico-científico, torna-se uma patologia, “*agora o homossexual é uma espécie*”.

Sendo assim, a partir do momento que as múltiplas manifestações da sexualidade passam a ser vistas como “espécie”, sujeitas a medicalização, essas sexualidades “desviantes”, dão-se em uma esfera de ação imensamente benéfica ao saber. Unindo as relações de poder com o sexo, introduz aos corpos os limites de comportamento associados à perversidade, à loucura, à monstruosidade e, firma aos prazeres polimorfos o atestado de anormalidades. Por consequência, o poder opera com o prazer na fabricação de táticas de gerenciamento do corpo

e do sexo. Por meio dessa operação, o poder, sutilmente, exercita o controle dos corpos, ao inebriar-se pelo prazer que condena e persegue, incita a todo o momento, a exibição e espetacularização das sexualidades “periféricas”. Isto é,

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares [...] na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo.[...] Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e sim, as *perpétuas espirais* de poder e prazer (FOUCAULT, 1988, p. 44).

Portanto, a sociedade ocidental, atada às normas sexuais, concebeu uma teia de poder proveniente do saber sexual, para a qual, “prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação” (FOUCAULT, 1988, p.48). Assim, a releitura dos prazeres, certamente, efetuou-se como assento para instituir um dispositivo de poder que domina e mantém-se do sexo. Ou seja, contrariando a hipótese repressiva, Foucault atesta que ao em vez de reprimir a sexualidade o poder a produz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perguntamos aos docentes se concordam com a afirmativa de que a escola é fundamental na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social e, se sim, quais são os meios para propiciar essas práticas no ambiente escolar. Obtivemos as seguintes alocações:

“Eu concordo que a escola seja um lugar de desconstrução de mitos e preconceitos, concordo, também, que a escola é um local de transformação social e um lugar que ajuda a promover valores de respeito ao outro, principalmente no convívio interpessoal uns com os outros dentro da sala de aula e do colégio. Porém, eu não concordo que seja somente a escola este lugar, pois, acredito que o primeiro ambiente em que a criança, adolescente aprende essa desconstrução de preconceitos, a valorizar e respeitar o outro na sua individualidade e particularidade, eu acredito que seja dentro de casa, é na família, no seio familiar que a criança aprende na sua totalidade, respeitando o outro. Acredito que é na família que a criança é capaz de construir relações sólidas, aprendendo a respeitar o outro, amar uns aos outros. Independentemente do que a pessoa é, acredito que a escola propicia sim um ambiente de desconstrução, mas acredito que é no seio familiar que isso começa a ser trabalho e gerado e, é em casa o principal lugar para essas aprendizagens, a escola é só mais um complemento assim como outros ambientes que a pessoa frequenta” (P3. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

Nesta fala percebemos que o/a respondente coloca a escola e a família como as principais instituições responsáveis pela construção de um cidadão sem preconceitos, mas

ressalta que considera que a família tem maior responsabilidade nesse processo. No nosso entendimento, esta posição mantém as discussões relativas à temática na periferia do conteúdo, aparecendo de maneira esporádica no ambiente escolar. Concordamos que é tarefa essencial da família educar sexualmente seus filhos, porém, na maioria das vezes, a família se esquiva de abordar esses assuntos, por não saber lidar, por não ter controle dos meios de informação ou não ter um preparo adequado para isso. Mesmo com a defesa de ser tarefa essencial da família não eximimos a responsabilidade da escola na condução desta discussão. Assim, também é função da escola educar sexualmente seus alunos, é seu dever e responsabilidade propiciar e garantir a formação integral do escolar, tanto em questões intelectuais como emocionais.

Contrárias à resposta supracitada, os demais respondentes compreendem o papel indispensável da escola, em assumir o compromisso de trabalhar com temáticas que propicia a desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social, como podemos identificar na fala da professora P1:

“Eu concordo grandiosamente com a afirmativa, já que a escola tem que estar à frente do pensamento comum, ou seja, do pensamento da maioria das pessoas, e através desse pensamento mais elevado, dessa reflexão mais crítica que se conseguem avanços nessa construção de uma igualdade, se opondo a desigualdade social. E o preconceito nada mais é que uma construção social, os mitos, as inverdades são construtos sociais que muitas vezes se não foram refletidas e repensadas nunca vão ser superadas na sociedade” (P1. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

Nesses discursos podemos perceber que os/as docentes respondentes se posicionam de modo mais alinhado às defesas atuais sobre a diversidade, onde se atesta que o respeito à diversidade é um meio que busca garantir a unificação das diferenças. Deste modo, é necessário que a escola assuma o comprometimento com uma Educação Sexual empenhada com a transformação social de forma significativa, buscando o combate ao preconceito e a discriminação sexual, formando educandos conscientes da pluralidade que compõe a sexualidade humana, respeitando as diferenças e compreendendo o seu papel enquanto sujeitos autônomos para exercer sua sexualidade.

Ao serem questionados se consideram que falar com os/as alunos/as sobre gênero ou diversidade sexual, pode ser prejudicial para a formação deles/as, a fala a seguir da respondente P3 nos chamou atenção pelo desmazelo que o tema é tratado:

“Eu acredito que falar sobre gênero e diversidade sexual, pode sim afetar de forma prejudicial as crianças, porque eu não acredito que exista gênero e diversidade sexual. O que eu acredito é que existe homem e mulher, fora disso, eu já não acredito. O que passa, além disso, eu não acredito, não considero ser saudável, ou autêntico dentro daquilo que verdadeiramente é a pessoa masculina e feminina, o homem e a mulher, ambos em sua totalidade em sua integridade. Então, por isso que eu acho prejudicial tratar sobre gênero e diversidade sexual. Mas o fato de eu ter essa opinião, de eu acreditar nisso, não quer dizer que eu seja preconceituosa a ponto de não acolher a opinião dos outros, compreendo que muitas pessoas acreditam nesse ponto de vista que

existam gêneros e dão nomes a tais gêneros, acolho a opinião de cada um, compreendo, mão não concordo porque não acredito assim” (P3. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

Ao analisarmos essa fala, podemos atestar que a professora respondente compreende a sexualidade restringida ao caráter biológico do sujeito. Porém, é sabido que não existe apenas uma forma de ser feminino ou masculino, mas sim variados modos de viver a sexualidade. Segundo Louro (2004, p. 86), “homens e mulheres não se constituem, apenas, por sua identidade de gênero, mas também por sua identidade de classe, de raça, de etnia, de sexualidade, nacionalidade, idade... homens e mulheres são, ao mesmo tempo, muitas ‘coisas’”. Concordando com Foucault (1993, p.100) ao dizer que a sexualidade abrange um processo contínuo de práticas e reflexão, sendo uma construção histórica, social e cultural, pois, “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico”. Desta forma, é necessário assumirmos uma perspectiva de sexualidade mais ampla, não limitada a seu caráter biológico, “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo” (LOURO, 1997, p. 25).

Entendemos que é certo que os valores sociais não são fixos, não há verdades absolutas em nenhum cenário da humanidade, incluindo no da sexualidade. Cada contexto histórico, com seus moldes, marca a complexidade da vida humana, assim, a aceitação a cerca das diversidades, em foco a sexual, varia conforme determinada época e sociedade. No entanto, sendo a respondente oriunda de formação científica inicial e continuada, vislumbrávamos uma postura menos carregada de tabus, porém, compreendemos que o despreparo da docente e da escola, de forma geral, em trabalhar as questões ligadas à sexualidade, também está relacionado às posturas opressoras da cultura ocidental, em que ainda persistem associações da sexualidade com ideias pecaminosas, promiscuas e imorais.

Esses conceitos pré-concebidos, relacionados à sexualidade, acarretam em sentimentos de vergonha e silêncio, tornando-se um desafio abordar essas temáticas no ambiente escolar. Desta forma, é fundamental que o/a educador/a tenha um olhar crítico sobre tudo o que se pratica, por mania ou por costumes, criados por suas vivências e convicções ideológicas, fazendo necessário o estudo de pesquisas históricas e científicas que abordam estas temáticas. Portanto, seja nos cursos de graduação bem como nos de educação continuada, é fundamental “oportunizar aos professores o reeducar-se sexualmente, participando de estudos que os auxiliem a preparar-se para atuar como educadores sexuais” (FIGUEIRÓ, 2009, p.142), pois, considerando as especificidades que compõem cada aluno, ocorrem situações em sala de aula

que não estão prescritas no currículo escolar, assim, os docentes precisam de novos conhecimentos, dentre eles a sexualidade, para poder orientar os educandos.

Opostas ao primeiro parecer, as falas das outras respondentes elucidam o reconhecimento profícuo em se abordar com os/as alunos/as temáticas relacionadas a gênero e diversidade sexual. Apesar de apenas algumas professoras demonstrarem maior entendimento relacionado a temática, as demais, também, conseguem perceber o proveito em trabalhar esse assunto com os educandos como observado nas falas a seguir:

“Definitivamente não, pelo contrário, ao se abordar gênero e diversidade sexual, aborda a respeito das diversidades, das pluralidades que existe no cotidiano, e dessa forma vai se formar uma reflexão crítica muito mais aguçada e dentro da realidade do que querer tampar o sol com a peneira. Você falar de igualdade de gênero e aceitação da diversidade sexual é você falar que todos são iguais, que todos têm direito e deveres iguais, e dessa forma, você construir uma realidade, uma sociedade, cada vez mais próxima da igualdade e, distante de preconceito e discriminações” (P1. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

“Não, prejudicial de modo algum. A escola tem que entender que temos arranjos diferentes do que havia antigamente e, é aquela questão, a sociedade toda evoluiu, mas o pensamento das escolas é o mesmo de anos atrás, então, a escola nesse ponto ela precisa refletir suas ações e aí discutir questões de gênero mesmo, sobre sexualidade. Porque os alunos eles veem isso na tv, dentro de casa, na sociedade de modo geral, e muitas vezes a família não sabe esclarecer as dúvidas, então cabe a escola trazer essa educação, para uma formação com o ser humano que na vida irá encontrar com várias diversidades, então, tem que ensinar a entender, respeitar e aceitar o outro. Aí entra nessa questão de respeito e harmonia que todos devem viver e conviver bem, respeitando as diferenças dos outros” (P2. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

Ao analisarmos essas falas, concordamos que as docentes vão ao encontro dos estudos de Louro e Figueiró, que atestam que a sexualidade independe da existência de uma disciplina de educação sexual ou da inclusão destes temas nos regimentos escolares. “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 1997, p. 52)”. “Mas é, ainda assim, função da escola, sempre educar sexualmente, porque ela é responsável pela formação integral do escolar, e isto inclui não apenas sua formação intelectual, mas, também, sua formação moral e afetiva (FIGUEIRÓ, 2009, p. 27)”.

Desse modo, concordamos que a instituição escolar tem a responsabilidade de acompanhar de forma efetiva e sistemática o desenvolvimento dos discentes, compreendendo suas ações no que tange seus progressos moral e social e mais ainda, tem o dever de quebrar preconceitos. É imprescindível que a educação abarque a perspectiva de estruturação de uma sociedade que respeite as diferenças e que seja capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para todos os sujeitos que a compõem.

Complementando a pergunta anterior, questionamos aos docentes qual o lugar da escola na discussão de gênero e diversidade sexual, a respondente P3 proferiu a seguinte fala:

“Eu acredito que o papel da escola na discussão de gênero e diversidade sexual seja um papel neutro, imparcial, em que mostre apenas aquilo que esta acontecendo no mundo na realidade e vivência de muitas

...pessoas, mas não trazendo isso como uma verdade absoluta e total, porque eu não acredito que seja. Vejo isso como uma escolha de vida de muitas pessoas e que elas precisam ser acolhidas e respeitadas da forma que elas escolheram viver. Eu acredito que a escola deva ser esse lugar também, de ensinar de forma harmônica, pacífica e respeitosa a compreensão do outro na sua individualidade. Mas, não concordo com a forma que eu venho observando que em muitas escolas esteja abordando a questão da diversidade sexual e de gênero, eu vejo que nos lugares que isso foi tratado, foi de forma apelativa, e eu não acredito nessa construção e crescimento humano a partir dessa forma explícita e moral que é abordado. Acredito que hoje, este tema, está sendo muito discutido, é bastante polemico, mas dentro da escola, eu acredito que precisa ser um lugar harmônico e acolhedor, mas acho que também o papel da escola deve ser de apontar a respeito, mostrando o ser humano como deve ser tratado” (P3. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

A fala do/a entrevistado/a acima reflete perfeitamente uma análise de Junqueira que afirma que:

Na esteira dessa *pedagogia*, entre bem-pensantes é recorrente o entendimento de que respeitar o “outro” seria um gesto humanitário, expressão de gentileza, delicadeza ou magnanimidade. Uma espécie de benevolente tolerância que deixa ileas hierarquias, relações de poder e técnicas de gestão das fronteiras da normalidade. Informadas por uma matriz de conformação, pessoas com distintos graus de preconceitos costumam se perceber dotadas de atributos positivos por serem portadoras de certa sensibilidade em relação às vítimas – uma dose de compaixão, em função da qual o “outro” recebe uma aquiescente autorização para existir, em geral, à margem e silenciado (2011, p. 89).

Desse modo, percebemos que por trás do discurso de cordialidade são visíveis os preconceitos e tabus que não permitem que a docente dê fundamental importância para as temáticas relacionadas à sexualidade, no ambiente escolar. A escola é um espaço onde se “reproduz padrões sociais, perpetua concepções, institui verdades, opera com determinadas representações, fabricando sujeitos genericados e sexualizados de acordo com os discursos normativos de gênero e sexualidade” (LOURO, 1997, p. 156), como podemos perceber na fala da respondente. Ao dizer que vê a diversidade sexual como uma escolha de vida de muitas pessoas, essa docente não reconhece a sexualidade como um dispositivo histórico, defendida na teoria Foucaultiana.

Acreditamos que a abordagem de gênero e diversidade sexual necessita ser fundamentada numa percepção pluralista da sexualidade e de valores a ela atribuídos, uma vez que a escola educa sexualmente, não somente pelas intervenções preestabelecidas e planejadas, mas também, pelas ações e organizações das suas práticas. É obrigação da escola não permitir e não reproduzir qualificações genéricas as diversas manifestações sexuais, buscando efetivar a desconstrução do preconceito e a discriminação.

Contrariando a resposta dada anteriormente por uma das docentes, a respondente identificada como P1 disse que a escola:

É primordial e deve ser a primeira a abrir essa discussão sim, não pode ter medo do conservadorismo que está renascendo da nossa sociedade. Apesar de o Brasil ser uma sociedade super conservadora, machista, classista e sexista, ela está cada vez mais acusando essa diferença, essa divisão de classe né, e de sociedade, mas a escola tem por obrigação abrir essas discussões no sentido de proporcionar que esses alunos possam desde pequenos entenderem que a sociedade é diversa, que o negro tem a mesma posição que o branco na sociedade, entender que a mulher deve ter o mesmo salário que o homem, pois ela tem as mesmas capacidades, as mesmas necessidades, é nesse sentido que a escola deveria trabalhar a questão de gênero e diversidade sexual, todos

tem direitos de ser quem é de ter sua própria identidade. Esses temas muita vezes confundem também com atentado ao pudor, pedofilia, violência sexual, e essa discussão é outra, não tem nada a ver com diversidade, diversidade é você aceitar que o outro possa ter a sua identidade como eu tenho a minha. (P1. ENTREVISTA. Novembro, 2018).

Concordamos inteiramente com a docente, pois, a diversidade precisa ser vista na escola como uma ampla ferramenta pedagógica, capaz de alçar os discentes a um nível de consciência de cidadania, transpondo e problematizando situações e sujeitos que ficam muitas vezes excluídos do processo educativo por razões das suas especificidades. É necessária uma investigação sobre questões que envolvam gênero e sexualidade, possibilitando que as incertezas sobre essas temáticas sejam esclarecidas sem preconceitos, a fim de informar, refletir, debater e questionar de modo objetivo, respeitando as individualidades que compõem a pessoa humana. Observamos nessa fala que a docente se mostra informada e sensibilizada, pois expõem atitudes de aceitação, considerando necessário a visibilidade e reconhecimento da heterogeneidade existente no ambiente escolar, introduzindo a discussão no campo do social, já que é nele que se fabricam e reproduzem as desigualdades entre os indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal propósito desse ensaio foi refletirmos sobre as práticas disciplinares e regulatórias que estão implicadas na produção normativa dos corpos no ambiente escolar, tendo por sustentação as percepções históricas de Michel Foucault sobre a normatização e a sexualidade, assim, diante do exposto, podemos inferir que, analisada a partir das estratégias disciplinares, a instituição escolar, ainda evidencia a sua aplicabilidade em atuar – por meio do dualismo em torno do “certo e errado”, “permitido e proibido”, “normal e anormal”, entre outras técnicas normativas – na estipulação e fixação de práticas que viabilizam e condicionam os corpos a uma dicotomia preestabelecida, segregando os que a ela “desviam”.

Concordamos com Foucault ao percebermos a escola como uma das principais instituições incumbidas pela composição de um espaço marginal, essencial ao exercício do poder-saber disciplinar, visto que, ela, dispõe de propriedades que facultam na fabricação de indivíduos, bem como, exerce a produção e reprodução de discursos para as ciências humanas e sociais das quais o sujeito e seu comportamento são o principal objeto de estudo, logo, suas especificidades colaboram para a pluralidade de saberes.

Contudo, é notório que a teoria Foucaultiana desenvolve uma relação com o saber-poder divergente das práticas que visualizamos ao adentrar o espaço escolar, exigindo-se, assim, uma nova postura dessas instituições diante o saber. Urge que a educação seja posta

para além de disciplinar e instruir os indivíduos, de outra forma, no tocante aos corpos e sua subjetivação, a escola continuará substanciando a promoção de condutas disciplinares que atestam e reproduzem as concepções de gênero e sexualidade dentro de uma lógica binária normativa, produzindo, assim, uma afluência de ideias pré-concebidas e discriminatórias sobre os distintos grupos que não se enquadram na “normalidade” imposta socialmente.

Visto que, podemos constatar ao observar o ambiente escolar que, constantemente, de forma intencional ou não, as escolas buscam adequar os alunos em normas heteronormativas, exercendo o controle e o disciplinamento dos corpos, produzindo discursos e práticas dicotômicas, ditando o que é feminino e masculino, apontando aqueles que seguem esses padrões como corpos educados e civilizados, enquanto os que não se enquadram nessas ditas “normalidades” são ignorados ou rejeitados, vistos como corpos não educados e incivilizados.

Para as sociedades contemporâneas, a escola desempenha um papel indispensável na formação integral dos sujeitos, portanto, deve atuar como promotora de mudanças de paradigmas mediante a construção de saberes que propicie uma vida digna e não excludente. É incontestável que a escola enquanto instituição social é um espaço primordial para a produção e propagação de valores éticos, morais e humanitários, assim, faz-se necessário que a mesma assuma a responsabilidade de enfrentar e findar quaisquer formas de preconceito e discriminação dos corpos, corroborando na garantia constitucional de educação na qualidade de direito fundamental de todos e todas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). *Educação sexual: em busca de mudanças*. Londrina: UEL, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobias escolas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.